

AS DISCIPLINAS DE CATALOGAÇÃO NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA BRASILEIROS

Ana Carolina Momesso¹, Karina Gama Cubas da Silva²

¹Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação,
Bibliotecária no Ministério Público do Estado de São Paulo, São Paulo-SP

²Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação,
Bibliotecária na Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP

Resumo

A pesquisa se propôs a apresentar aspectos do ensino da Catalogação segundo análise dos currículos dos cursos de Biblioteconomia oferecidos no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter documental, uma vez que se baseia nos currículos e planos de disciplinas dos cursos de Biblioteconomia brasileiros e na literatura especializada sobre a formação do bibliotecário e o ensino da disciplina de catalogação. A coleta de dados sobre as disciplinas de catalogação nos cursos de Biblioteconomia brasileiros foi realizada a partir do Cadastro da Educação Superior (site do e-MEC) que remeteu as IES que oferecem cursos de graduação em Biblioteconomia. Dentre as 38 instituições relacionadas no e-MEC, três não ofereciam o curso, e duas, apesar de oferecer o curso, não apresentavam os dados a serem analisados. Os parâmetros analisados foram: natureza administrativa das IES; localização geográfica; carga horária total dos cursos, carga horária teórica e prática das disciplinas de catalogação; obrigatoriedade da disciplina; e ementas. No que se refere às ementas, foram consideradas para a identificação da disciplina como pertencente à catalogação e na análise do conteúdo programático das disciplinas, sobretudo no que diz respeito à catalogação de materiais especiais. Identificamos com o presente estudo que a “atenção” dada à disciplina de catalogação em relação aos demais componentes do currículo dos cursos de graduação em Biblioteconomia na atualidade está preservada. Agora cabe à reflexão sobre seu *status quo* e seus rumos e perspectivas promovendo um processo de melhoria contínua, pondo fim a qualquer dúvida sobre sua importância.

Palavras-Chave:

Biblioteconomia – Estudo e ensino – Brasil; Catalogação – Estudo e ensino – Brasil.

Abstract

The research aimed to present aspects of teaching Cataloguing according to an analysis of curricula of librarianship courses offered in Brazil. It is a literature review with documentary character, since it is based on Brazilian Librarianship courses curricula and disciplines plans, and also, in the specialized literature about the librarian's formation and the teaching of cataloging. The data collection about cataloging discipline of Brazilian

Librarianship courses was based on the Register of Higher Education (e-MEC site), sent to the IES (Higher Education Institutions), which offer undergraduate courses in librarianship. Among the 38 institutions listed in the e-MEC, three did not offer the course, and two, although offering the course, did not present the data to be analyzed. The parameters analyzed were: administrative nature of the IES, geographic location, total hours of the courses, hours of theoretical and practical disciplines of cataloging, mandatory discipline, and syllabus. Regarding the syllabus, they were considered to identify the subject as belonging to cataloging and for the analysis of courses' program, particularly with respect to special materials cataloging. With this study we could identify that the "attention" given to the cataloging discipline, in relation to the other components of the curriculum of librarianship undergraduate courses today, is preserved. Now it is time to reflect on its *status quo*, its future and prospects, by promoting a continuous improvement process, putting an end to any doubt about the importance of this discipline.

Keywords:

Librarianship – Study and teaching – Brazil; Cataloging – Study and teaching – Brazil.

1 Introdução

Em 1915 teve início na Biblioteca Nacional o primeiro curso de Biblioteconomia do país. Com duração de um ano por turma, as disciplinas oferecidas correspondiam às seções da Biblioteca Nacional: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática, e eram ministradas pelos próprios chefes dessas seções. Com forte influência francesa, o curso foi oferecido até 1922, tendo sido reiniciado em 1931 com duração de dois anos e algumas pequenas alterações nas disciplinas: Bibliografia Paleografia e Diplomática, História Literária (com aplicação à Bibliografia), e Iconografia e Cartografia.

Em 1929 surge em São Paulo um curso de Biblioteconomia que marca o início da influência americana na formação profissional do Bibliotecário. As disciplinas desse curso, voltadas para a organização de bibliotecas, refletiam a orientação americana: Catalogação, Classificação, Referência e Organização.

Em 1940 o Decreto-Lei nº 6.416, de 30 de outubro de 1940, instituiu um curso de Biblioteconomia oferecido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público cuja orientação americana/paulista inspirou em 1944 uma nova reforma do curso mantido pela Biblioteca Nacional, implicando na mudança de seus objetivos que não se limitariam mais a formação de profissionais para a Biblioteca Nacional passando a oferecer cursos em dois níveis: fundamental que visava formar auxiliares de biblioteca; e superior que visava preparar profissionais para serviços especializados e direção de Bibliotecas. A presença de disciplinas de caráter técnico em ambos os níveis de formação confirmavam a aceitação da orientação americana na formação do profissional Bibliotecário brasileiro.

Em 1954 a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) – atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – influenciou a configuração dos cursos de Biblioteconomia que haviam se expandido pelo país na década de 1950. Essa influência deveu-se à chegada de dois peritos em Documentação que difundiram métodos e técnicas de documentação.

Em 1962, após vários anos de discussão sobre os rumos da profissão bibliotecária, surge o primeiro currículo mínimo de Biblioteconomia visando à elevação da profissão ao nível universitário e sua regulamentação pelo Ministério do Trabalho.

Até 1962 havia no Brasil dez cursos de Biblioteconomia, mas após a aprovação do

currículo mínimo e conseqüente reconhecimento da profissão de Bibliotecário como de nível superior surgiram oito novos cursos. O surgimento repentino de tantos novos cursos fez surgir discussões sobre sua organização e conteúdo de suas disciplinas fortemente voltadas para a organização de acervos.

Em 1968 a duração mínima dos cursos de Biblioteconomia foi fixada em 2.025 horas de atividades didáticas provocando maior dimensionamento do conteúdo das disciplinas técnicas, principalmente Catalogação e Classificação, como forma de preencher o tempo excedente.

Na década de 1970 havia 17 cursos funcionando e 11 novos foram criados. Nessa época começam a se intensificar a insatisfação com os currículos dos cursos de Biblioteconomia e a discussão sobre o assunto ganha força com a criação do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e o Plano Institucional de Capacitação de Docentes (PICD), programas governamentais que influenciaram a formação profissional para Biblioteconomia por provocar a expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* impulsionando os cursos de graduação para um processo de auto-avaliação de seus programas. A questão da reformulação do currículo mínimo para os cursos de graduação em Biblioteconomia foi ganhando atenção ao longo de toda a década de 1970. Em 1982 um novo currículo mínimo foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), mas as alterações ocorridas não agradaram, visto que contrariavam várias das recomendações feitas por grupos de trabalho organizados para essa discussão que desde 1975 vinham sendo vistas e revistas, tanto as alterações quanto as recomendações, até a formulação de uma proposta encaminhada ao CFE em 1981.

As alterações introduzidas pelo currículo mínimo de 1982 incluíam a duração mínima de quatro anos letivos, totalizando 2.500 horas/aulas e a orientação de que 10% da duração do currículo pleno adotado pela escola a seria destinado a um estágio. Quanto ao conteúdo do programa, houve um esforço no sentido de abandonar a ênfase na aquisição de habilidades em técnicas específicas para reforçar o entendimento dos objetivos dessas técnicas, provocando uma reorientação da organização para preservação, para a organização, para a difusão e uso da informação. Esperava-se que as escolas organizassem seus currículos plenos adaptados às características de trabalho de sua região. As diretrizes oferecidas pelo currículo mínimo para a formação do currículo pleno baseavam-se na visão de um bibliotecário preparado para selecionar, reunir, organizar e disseminar o conhecimento registrado em materiais bibliográficos e audiovisuais com o objetivo de facilitar o acesso do usuário à informação adequada às suas necessidades.

A nova configuração do currículo mínimo promovia uma pequena diminuição da capacitação para as técnicas puramente biblioteconômicas para as técnicas administrativas. A catalogação e classificação deixavam de ser o núcleo central da Biblioteconomia para promover uma formação mais voltada para a administração da informação.

As discussões sobre o currículo de Biblioteconomia após o currículo mínimo de 1982 continuaram pelos anos que se seguiram, porém com menos ênfase do que se pode identificar nas décadas anteriores, até que em 2002 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia com a finalidade de orientar a elaboração de projetos pedagógicos de cursos de Biblioteconomia oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Com a abolição do currículo mínimo e a definição das Diretrizes Curriculares para o curso de Biblioteconomia, as IES passaram a dispor de maior liberdade para a formulação de seus programas.

Essa mudança, de certo modo radical, na organização dos currículos dos cursos de Biblioteconomia com o advento das Diretrizes Curriculares fez surgir diversas alterações nos planos pedagógicos das IES. No presente estudo pretendemos identificar as alterações

sofridas pelo ensino da Catalogação e Classificação com o fim do currículo mínimo e o advento das Diretrizes Curriculares. Isso porque a constante crítica ao caráter tecnicista da formação do Bibliotecário no Brasil faz parecer que as “grandes vilãs” desse perfil são as disciplinas de Catalogação e Classificação. Nossa preocupação era a de que para promover uma mudança no modelo tecnicista adotado durante anos, as disciplinas de Catalogação e Classificação pudessem estar sendo negligenciadas em detrimento de modismos da área. No estudo apresentado a seguir tentamos identificar o quanto o ensino dessas disciplinas foram influenciadas pelas mudanças ocorridas nos currículos desde o primeiro currículo mínimo.

2 Revisão de Literatura

A fim de entender a evolução do ensino de Biblioteconomia no Brasil e identificar dados sobre o ensino da Catalogação e Classificação foram levantados, não exaustivamente, 15 trabalhos apresentados a seguir em ordem cronológica.

Numa abordagem do papel da biblioteca como subsistema dentro da sociedade, Cesarino (1973) analisa o currículo mínimo de Biblioteconomia e suas alterações na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e as influências da Ciência da Informação no ensino da Biblioteconomia. A autora relata haver por parte dos profissionais e pensadores da área um sentimento de que o currículo era falho e a formação deficiente, mas não se conseguia precisar exatamente qual a causa ou causas dessa situação de falha ou deficiência. Essa indefinição dificultava o estabelecimento de princípios para solucioná-la e que as escolas, na ausência de uma diretiva, se apegavam a orientações que atendiam determinadas exigências daquilo que lhes parecesse ser o mercado de trabalho mais próximo ou mais importante.

Uma proposta de currículo mínimo de Biblioteconomia estruturada sobre questões básicas derivadas do ambiente social e do papel profissional no contexto do processo de transferência de informação foi apresentada por Ferreira *et al.* (1977). A proposta apresenta um conjunto de disciplinas que se baseia na visão global de operações e relações entre biblioteca, informação e usuário. O material apresentado é um documento diretriz que, após várias reformulações, foi consolidado e encaminhado ao CFE em 1981 e aprovado em 1982 com alterações.

Mueller e Macedo (1983) apresentam uma proposta de novo currículo pleno para o curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, baseada no currículo mínimo estabelecido pelo CFE em 1982 e em diretrizes que ressaltam a compreensão da função e natureza da Biblioteconomia, a aquisição de habilidades profissionais e a adoção de atitudes profissionais, descrevendo a estrutura do currículo proposto, suas disciplinas obrigatórias e optativas. No entendimento das autoras o esforço para avaliação e adaptação do currículo é apresentado como uma necessidade constante, refletindo mudanças na Biblioteconomia e no mercado de trabalho.

Analisando acontecimentos que marcaram a evolução do ensino da Biblioteconomia no Brasil desde seu início até o início da década de 1980, Mueller (1985) afirma que a época anterior ao estabelecimento do primeiro currículo mínimo em 1962 é dominada inicialmente pelo curso oferecido pela Biblioteca Nacional, de inspiração européia e dedicado a formar pessoal para suas seções, e, posteriormente a essa data, por cursos de inspiração americana, iniciados em São Paulo. Segundo a autora as duas correntes fundem-se no currículo mínimo aprovado em 1962, ano em que a profissão foi reconhecida como de “nível superior”. Afirma ainda que a década de 1960 é caracterizada pela consolidação dos cursos nas Universidades, sua expansão e pela ênfase dos programas voltados à organização das coleções, ao passo que a década seguinte é marcada pelo descontentamento com o currículo mínimo, assim como a

inclusão de novas técnicas e assuntos nos currículos plenos e que os esforços para a mudança culmina com a aprovação de um novo currículo mínimo em 1982. Considerando a data de publicação do trabalho, concluímos que os problemas atuais para a época eram decorrentes da diversidade de responsabilidades atribuídas à profissão e à impossibilidade de exigir-se dos cursos de graduação a responsabilidade única pela formação profissional para todos os níveis.

Tentando retratar o estado da arte do ensino tradicional da catalogação de assunto, Fiuza (1985), cita vários autores que escreveram sobre o assunto, e afirma que diversas questões poderiam ser discutidas para que os alunos, raciocinando sobre o conhecimento adquirido nas disciplinas da área, pudessem ter uma visão mais clara sobre a organização de um catálogo de biblioteca e para alcançar esse objetivo, a autora sugere a inclusão de uma disciplina nos currículos que promova um coroamento, que, partindo de uma recapitulação das funções e objetivos do catálogo, fosse capaz de habilitar melhor os alunos para atuarem em diversos tipos de bibliotecas.

Mueller (1988) faz uma descrição e tece comentários sobre a estrutura da formação em Biblioteconomia no Brasil. A autora focaliza, sobretudo, a graduação, por ser esse o único canal legalmente aceito para o ingresso na profissão. Identifica as principais mudanças ocorridas no currículo mínimo em 1982 determinadas pelo CFE e implantadas nos cursos a partir de 1985 mediante os novos currículos plenos, tecendo considerações sobre as causas determinantes dessas mudanças e fatores que influenciaram a escolha das novas matérias dos currículos mínimos, e identifica algumas dificuldades na implementação dos novos currículos plenos. Discute ainda as influências exercidas pelos cursos de mestrado existentes no Brasil nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre os cursos de graduação e sobre a classe profissional em geral.

Discutindo o currículo tradicional e as idéias dos que defendem a reforma curricular em que se deva substituir o paradigma da catalogação pelo conhecimento dos recursos e gerenciamento de sistemas, Jeng (1995) propõe um paradigma para a organização da informação, no qual a informação é definida no contexto de cinco atributos, e a catalogação é considerada uma forma de comportamento organizacional. Diante dessas definições Jeng sugere algumas implicações deste paradigma sobre o currículo básico da organização da informação.

Trazendo uma reflexão sobre os currículos para formação e a legislação regulamentadora de atuação, Santos (1998) destaca as ações que ocorreram a partir 1986 para tentar reformular a legislação através de manifestações via Conselho Federal de Biblioteconomia junto ao Congresso Nacional. Em relação aos currículos mínimos é destacada a atuação da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) para a publicação do novo currículo mínimo de 1982. Ainda pela iniciativa da ABEBD, em 1996 são reunidos os membros do MERCOSUL que possuíam cursos superiores de Biblioteconomia, e ao final de 1997, em Buenos Aires, uma nova proposta é feita de núcleos integrados em seis áreas. Em 1997 os cursos foram convocados pela Secretaria de Educação Superior (SESu) a apresentarem propostas para as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores que seriam elaboradas pelas Comissões de Especialistas da SESu/MEC. Essas diretrizes seriam uma nova referência para as IES definirem seus currículos plenos, em termo de conteúdos básicos e conteúdos profissionais essenciais para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas para egressos da área/curso. Elas ainda garantiriam que as IES tivessem liberdade para definir livremente pelo menos metade da carga horária mínima necessária para a obtenção do diploma, de acordo com suas especificidades de oferta de curso. Em sua grande maioria, os cursos de Biblioteconomia decidiram encaminhar a proposta de núcleos principais aprovados em Buenos Aires e, a partir desse fato, houve uma aceitação formal do MEC do documento que havia sido encaminhado ao final do Encontro em 1997.

Com objetivo de reconstituir o processo de reformulação do currículo pleno do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, com base no currículo mínimo de 1982, Diniz (1999) estuda o contexto que determinou tal reforma e sua implantação em 1984, mediante o conhecimento do ambiente social e econômico paraibano da década de 1980 e dos anos posteriores, da documentação sobre a reforma do referido curso e depoimentos dos docentes. A autora conclui que o currículo pleno, implantado a partir dessa reforma, sofreu acréscimos que o tornaram mais propício ao comprometimento com a sociedade. No entanto, ao manter o predomínio da abordagem tecnicista a capacidade do profissional nele formado de atuar de forma mais contextualizada, social e economicamente é atenuada.

Um resgate histórico das decisões tomadas nas edições do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), realizado no período de 1954 a 1982, foi apresentado por Souza (2000). O autor analisa as decisões relacionadas à formação de pessoal bibliotecário no Brasil, incluindo a proposta de conteúdos curriculares. A interpretação dessas decisões, na opinião do autor, mostra a encruzilhada em que se encontra a categoria acerca de sua identidade profissional, resultado do equívoco de decisões tomadas especialmente no período de 1959 a 1961.

A partir da mudança de paradigma do tamanho das coleções para o acesso à informação ocorrida no século XX, Baptista (2006) analisa os desdobramentos da catalogação em função dos avanços tecnológicos e seus reflexos na formação universitária e no treinamento constante, concluindo que diante das dificuldades do ensino da disciplina, e em face das mudanças ocorridas se faz necessário, entre outros aspectos, um equilíbrio entre a fundamentação e a prática.

Menos relacionado à evolução do ensino em Biblioteconomia e mais voltado à discussão sobre a formação do catalogador está o trabalho publicado por Machado, Helde e Couto (2007), que tem como tema principal o ensino da catalogação e a formação do catalogador. A formação deveria ser baseada no conhecimento construído por meio de um processo de ensino e aprendizado, envolvendo aluno, professor e profissional. As autoras preocupam-se em demonstrar a importância do estágio curricular como fator de desenvolvimento de habilidades para integrar conhecimento ao contexto na formação do futuro catalogador, atentando-se ao valor do estágio para o exercício prático do ensinamento teórico adquirido em sala de aula.

Um estudo com o propósito de buscar compreensão das ações de política institucional e acadêmica da Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) foi desenvolvido por Souza (2011) com o objetivo de conhecer as representações dos dirigentes da ABEBD sobre o impacto que a entidade proporcionou na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil. De acordo com o autor, a análise do material coletado permitiu perceber a existência de impactos positivos, quando se olha para os resultados que foram obtidos em relação às consequências da articulação das escolas brasileiras com as demais escolas situadas nos países do MERCOSUL.

A fim de dar argumentos a importância da Catalogação e Classificação na formação do Bibliotecário, incluímos na revisão o trabalho de Maimone, Silveira e Tálamo (2011), que apresenta a importância da integração da representação temática e descritiva na recuperação da informação, revelando aspectos teóricos e práticos destas disciplinas e traçando relações entre as mesmas. As autoras ressaltam que o conhecimento específico de cada área deve prevalecer, porém sem se perder a visão de ambas como sendo complementares e concluem que existe uma feliz e necessária integração entre as representações temática e descritiva que otimiza o acesso informacional, embora a representação descritiva ainda seja considerada, por muitos, como sendo pura descrição física em catálogos manuais.

E por fim, um mapeamento das disciplinas dos núcleos de Formação Geral e de Formação Específica realizado por Davanso e Zanaga (2011) concluiu que as disciplinas de Formação Específica enfatizam as áreas de Processamento da Informação/Organização e Tratamento da Informação e de Recursos e Serviços de Informação e que os cursos de Biblioteconomia devem rever seu campo de estudo e atuação com o objetivo de repensar as necessidades da área de Gestão de Unidades de Informação, que é a menos privilegiada nas estruturas curriculares brasileiras.

3 Materiais e Métodos

A pesquisa realizada foi do tipo bibliográfica de caráter documental, uma vez que se baseou nos currículos e planos de disciplinas dos cursos de Biblioteconomia brasileiros, em informações disponibilizadas em *sites* das IES que oferecem o curso e na literatura especializada sobre a formação do bibliotecário e o ensino da disciplina de catalogação.

O levantamento dos dados foi realizado com base no Cadastro da Educação Superior (Cadastro e-MEC), uma ferramenta que permite ao público a consulta de dados sobre instituições de educação superior e seus cursos. Em relação às instituições de ensino, é possível pesquisar informações sobre as universidades, centros universitários e faculdades vinculadas ao sistema federal de ensino, que abrange as instituições públicas federais e todas as instituições privadas de ensino superior do país. O Cadastro informa dados, como a situação de regulação das instituições e dos cursos por elas oferecidos, endereços de oferta e indicadores de qualidade obtidos nas avaliações do MEC.

Através do site do E-mec (<http://emec.mec.gov.br/>) foram identificadas 38 IES que oferecem curso de bacharelado em Biblioteconomia.

São elas: Centro Universitário Assunção (UNIFAI); Centro Universitário de Formiga (UNIFORMG) Faculdade Anhanguera de Sorocaba (IMAPES); Faculdades Integradas Coração de Jesus (FAINC); Faculdades Integradas Teresa D'Ávila (FATEA); Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP); Instituto de Ensino Superior da Funlec (IESF); Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas); UNIRONDON Centro Universitário; Universidade de Brasília (UNB); Universidade de São Paulo (USP); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Santa Úrsula (USU).

Após essa identificação foram consultados os *sites* das IES e três delas – Centro Universitário UNIRONDON, UNIVAP e UESPI – não incluem a Biblioteconomia em sua lista de cursos de graduação, tendo sido analisados, portanto, 35 cursos.

Selecionada a amostra, foi elaborado um formulário para coleta de dados. Para a

elaboração do formulário foram estabelecidos os seguintes itens a serem analisados: natureza administrativa das IES; localização geográfica; carga horária total dos cursos, carga horária teórica e prática das disciplinas de catalogação; obrigatoriedade da disciplina; e ementas. No que se refere às ementas, foram consideradas para a identificação da disciplina como pertencente à catalogação e na análise do conteúdo programático das disciplinas, sobretudo no que diz respeito à catalogação de materiais especiais. A escolha dos itens localização geográfica e natureza administrativa deveu-se a hipótese de poder haver diferenças significativas no ensino da catalogação em função dessas características.

Apesar de a amostra inicial ter apresentado 35 cursos, nem todos apresentaram dados para todos os itens estabelecidos para a análise. A seguir, apresentamos a composição das amostras para cada um dos itens analisados.

Dos 35 cursos identificados, dois deles – USU e IMAPES – não disponibilizam a grade curricular de seus cursos, tendo sido excluídos da análise por não oferecer a maioria dos dados analisados.

Na análise da carga horária total dos cursos, uma IES – FAINC – não fez parte da análise por não disponibilizar essa informação, tendo composto a amostra 32 dos 33 cursos selecionados.

Na análise da carga horária das disciplinas de catalogação, duas IES não disponibilizam a carga horária de suas disciplinas – FAINC e UFES –, desse modo, a amostra analisada contou com 31 dos 33 cursos selecionados.

Embora fizesse parte dos objetivos do estudo analisar a carga horária dedicada à prática da catalogação, apenas sete cursos indicam a carga horária reservada às atividades práticas – UFMA, UFF, UFPE, UNIRIO, UFMG, UFRJ, UEL –, e quatro possuem disciplinas específicas às atividades práticas – FURG, UFPB, UFSC e UFPA –, somando um total de 11 cursos, a amostra se mostrou inviável para representar os 33 cursos selecionados, por isso essa análise não foi discutida.

Embora tivéssemos tencionado analisar os objetivos e o conteúdo abordado nas disciplinas de catalogação, as IES, em sua maioria, disponibilizam apenas a ementa da disciplina, elemento insuficiente para a análise pretendida. Dos 33 cursos selecionados, sete deles não disponibilizam suas ementas – FAINC, UNIFAI, UFAM, UFMA, UNESP, UFC, FATEA. Dos 26 cursos restantes apenas seis apresentam o plano de disciplina completo – UEL, FESP, UFRN, UNB, USP e UFG –, quantidade insuficiente para a representação do todo.

Vale esclarecer ainda que na identificação das disciplinas de catalogação, consideramos um sentido amplo em conformidade com o entendimento de Mey e Silveira (2010, p. 125) de modo a abranger “tanto a catalogação, ou representação bibliográfica, seja esta descritiva, ou representação descritiva, e a catalogação dita de assuntos, ou representação temática”. Assim como defendem as autoras citadas, não negamos a amplitude e profundidade dessas diferentes facetas da mesma catalogação, mas é imprescindível que elas sejam visualizadas como um todo. Desse modo, foram selecionadas todas as disciplinas que indicassem em suas ementas tratarem das atividades de representação física ou dos assuntos e conteúdos dos documentos. A identificação das disciplinas dos cursos que não disponibilizam suas ementas – FAINC, UFMA, UNIFAI, UFAM, UNESP, UFC e FATEA – pode ter sido prejudicada, visto que se baseou apenas no nome das disciplinas, tendo sido selecionadas aquelas que faziam menção aos termos mais comuns associados à representação da informação (representação descritiva, catalogação, representação temática, classificação, tratamento da informação, indexação, resumos, linguagens documentárias etc.).

Dada a crescente produção de documentos em suportes não convencionais (livros e periódicos), analisamos a presença de disciplinas dos currículos que contemplassem a

catalogação desses materiais, que aqui identificamos como materiais especiais. Seguindo os mesmos critérios utilizados na identificação das disciplinas relacionadas à catalogação, selecionamos as disciplinas cujo nome e/ou ementa mencionasse os termos normalmente associados à catalogação de materiais especiais (recursos eletrônicos, multimídias, multimeios, materiais sonoros, materiais tridimensionais, diferentes suportes, etc.). Contudo, dos 33 cursos selecionados, por apenas apresentar a grade curricular e suas disciplinas não apresentarem em seu nome qualquer termo que remetesse aos materiais especiais, cinco cursos não foram incluídos na análise – UFC, UFMA, UFAM, UNESP e UNIFAI –, tendo sido analisados, portanto, os currículos dos 28 restantes.

Por fim, em relação à carga horária dedicada ao ensino da catalogação, os resultados encontrados foram comparados com os resultados apresentados por Mueller (1985), referentes a um levantamento realizado em 1981 em nove cursos de graduação em Biblioteconomia. Os demais itens analisados foram discutidos considerando estudos anteriores sobre o tema.

4 Resultados Parciais/Finais

A identificação das IES segundo sua localização geográfica baseou-se na hipótese que levantamos intuitivamente sobre poder haver diferenças curriculares relacionadas ao perfil da formação profissional estabelecido pelas IES segundo seu contexto social, cultural, econômico etc. Como o perfil da formação refletida nos currículos das IES não foi objeto desse estudo, analisamos apenas um possível reflexo desses perfis no ensino da catalogação. Acreditávamos, por exemplo, que, se em uma determinada região as IES direcionassem seus currículos para a formação de um profissional mais dedicado à transformação social através do acesso à informação, ou mais preparado para o gerenciamento de unidades de informação, esses direcionamentos na formulação dos currículos pudesse interferir no ensino da catalogação. Contudo, se existir currículos formulados em função de um perfil específico de profissional a ser formado, podemos considerar que o ensino da catalogação assume a mesma importância na formação desse profissional, qualquer que seja o perfil idealizado pela IES, pelo menos no que diz respeito à carga horária das aulas, visto que não foram observadas diferenças significativas sobre este item em relação à localização geográfica das IES.

TABELA 1. CARGA HORÁRIA X LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

	<i>Carga horária total (média)</i>	<i>Carga horária Catalogação (média)</i>	<i>Carga horária Catalogação (%)*</i>
REGIÃO NORTE	2995	466	16
REGIÃO NORDESTE	2869	443	15
REGIÃO CENTRO-OESTE	2678	433	16
REGIÃO SUDESTE	2832	490	17
REGIÃO SUL	2846	415	15

* em relação à média da carga horária total

A identificação das IES segundo sua natureza administrativa foi incluída na coleta de dados por acreditarmos que pudesse haver diferenças curriculares relacionadas à preparação dos estudantes para oportunidades de trabalho em ambientes informacionais não tradicionais e que esse fenômeno estivesse mais evidente nas IES privadas, de modo que a inclusão de disciplinas que atendessem a esse perfil estivesse tomando o espaço da catalogação. Contudo, ainda que o perfil de seu currículo possa ser diferenciado entre si, aspecto não contemplado

nesse estudo, isso não deve ter refletido na carga horária dedicada ao ensino da catalogação, visto que as análises não apresentaram diferenças significativas relacionadas à natureza administrativa das IES.

TABELA 2. CARGA HORÁRIA X NATUREZA ADMINISTRATIVA

	<i>Carga horária total (média)</i>	<i>Carga horária Catalogação (média)</i>	<i>Carga horária Catalogação (%)*</i>
IES PÚBLICA FEDERAL	2817	446	16
IES PÚBLICA ESTADUAL	2976	450	15
IES PRIVADA	2805	500	18

* em relação à média da carga horária total

Com o fim do currículo mínimo e a adoção das Diretrizes Curriculares para o curso de Biblioteconomia, as IES passaram a ter maior liberdade na elaboração de seus currículos. Acreditávamos que, com isso, para atender às pressões das novas tecnologias e novos mercados de trabalho para os profissionais bibliotecários, a inclusão de novas disciplinas pudesse ter tirado espaço do tempo dedicado ao ensino da Catalogação. Desconsiderando as particularidades da localização e da natureza administrativa das IES, identificamos que os cursos de Biblioteconomia tem carga horária média de 2.748, das quais cerca de 457 horas são dedicadas ao ensino da catalogação, o que representa aproximadamente 17% da carga horária total. Um levantamento apresentado por Mueller (1985) realizado em 1981, que avaliou os nove cursos existentes na época, entre as disciplinas equivalentes à catalogação e classificação, entre 10,1% e 31,5% da carga horária total dos cursos eram dedicadas ao ensino dessas disciplinas. O estudo não aponta as possíveis razões para a diferença entre os valores encontrados. Não encontramos estudos quantitativos realizados nos anos seguintes ao currículo mínimo de 1982 ou à década de 1990, marcada pela chegada das novas tecnologias aplicadas à catalogação, por isso não conseguimos identificar possíveis transformações no currículo ocorridas nessa época. Entretanto, se compararmos nossos resultados com o apresentado no referido levantamento, podemos considerar que, no que diz respeito à carga horária dedicada ao ensino da catalogação, a diferença encontrada foi mínima, o que nos leva a crer que, se em algum momento nesses 30 anos o ensino da catalogação perdeu espaço para o ensino de outras disciplinas, essa situação já foi revertida.

O reconhecimento da importância da catalogação na formação do profissional bibliotecário também parece estar refletido na análise da obrigatoriedade das disciplinas. Dos 33 cursos analisados, apenas 10 apresentam disciplinas optativas, o que nos leva a crer que a catalogação não é entendida apenas como uma atividade complementar, mas compõe a base dos currículos.

Diante dessa constatação, se considerarmos a existência de uma constante luta concorrencial entre as disciplinas que caracterizam a formação do profissional bibliotecário a exemplo do que ocorre na definição do campo científico, conforme entendemos Bordieu (1983)¹, então, podemos acreditar no reconhecimento da importância do ensino da catalogação independente do perfil profissional que se pretenda formar. Isso porque,

¹ O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p. 122-123).

contrariando as argumentações de parte do meio acadêmico de que o ensino da catalogação é muito lento quando comparado às rápidas mudanças no profissional da informação, e também considerando a catalogação “um paradigma obsoleto da organização da informação que não fornece mais habilidades necessárias ao profissional” (JENG, 1995 p.147), encontramos nos currículos de todos os cursos analisados a existência evidente de um espaço consolidado reservado ao ensino da catalogação, fazendo-nos acreditar ser consensual o entendimento de que a catalogação é “um método válido e importante para a formação de profissionais da informação” (JENG, 1995 p.157) e que, apesar das constantes mudanças tecnológicas, todas as razões que tornam a catalogação necessária aos materiais impressos se aplicam às novas formas e formatos de registro da informação.

Considerando a crescente diversidade de materiais especiais nos acervos das bibliotecas, verificamos se o tratamento desse tipo de material está sendo incluído nas disciplinas de catalogação. Dos 33 cursos selecionados, cinco cursos não disponibilizam suas ementas e somente o nome da disciplina não foi suficiente para identificarmos se os materiais especiais são objetos de estudo. Dos 28 cursos restantes, 21 deles oferecem disciplinas que tratam dos materiais especiais, sendo que em apenas em dois eles – UNIRIO e UNB – são disciplinas optativas; os demais cursos incluem a discussão do tema em disciplinas obrigatórias. Os sete cursos restantes não mencionam os materiais especiais no nome das disciplinas e/ou em suas ementas – UFRJ, UFSC, UFMG, UFF, UFRGS e UFS –, e por não disponibilizarem os programas de suas disciplinas, a identificação do assunto em sua grade curricular pode ter sido prejudicada. De qualquer maneira, considerando que a maioria dos currículos inclui o tema, podemos afirmar que o ensino da catalogação atualmente oferece espaço para discussões e práticas de catalogação relacionadas ao surgimento crescente de materiais bibliográficos não tradicionais nos acervos.

Ainda caberia nesse estudo análises sobre outros aspectos do conteúdo abordado nas disciplinas, mas a falta de acesso aos planos das disciplinas comprometeu esse tipo de avaliação.

5 Considerações Finais

Apesar de muitas vezes a catalogação ser apontada como a responsável pelo caráter tecnicista da formação em Biblioteconomia e de ser julgada como obsoleta, felicita-nos saber que ao menos seu espaço nos currículos de Biblioteconomia se mantém preservado. Entretanto, ter seu “lugar ao sol” não basta. É preciso haver outros estudos que contemplem questões relacionadas com o que estamos fazendo com esse espaço, com que discussões e práticas ele está sendo preenchido. Gostaríamos de ter nos aprofundado nessa discussão, mas faltou-nos, sobretudo, material. Além dos poucos estudos e textos encontrados sobre o ensino da catalogação, encontramos imensa dificuldade em localizar na maioria dos *sites* das IES informações completas sobre seus currículos. Por diversas vezes nos deparamos com informações conflitantes, versões desatualizadas dos currículos, documentos eletrônicos corrompidos, planos de disciplina incompletos etc.

Dificuldades a parte, recomendamos o surgimento que novos estudos e discussões sobre a necessidade de se questionar, criticar, aperfeiçoar ou apenas reconhecer o conteúdo das disciplinas de catalogação. Dentre os possíveis questionamentos caberia uma análise sobre as relações entre as disciplinas de catalogação, por entendermos que pode estar havendo uma fragmentação entre essas disciplinas, que poderia comprometer o entendimento sobre as relações existentes entre a representação descritiva e a representação temática, fato que, se existente, evidenciaria um erro grave, já que o produto de ambas é um único registro bibliográfico. A falta de relações claras entre esses processos pode estar formando um

profissional que, diante de uma situação real, pode se sentir como alguém “... que desmontando seu relógio, se vê com dezenas de rodinhas e engrenagens na mão e não sabe onde colocá-las para fazer o relógio funcionar” (FIUZA, 1985, p.262). Além dessa possível falta de integração entre os processos de representação da informação, caberia também investigar e discutir as atividades práticas no ensino da catalogação.

Acreditamos que ao ver consolidado o espaço dedicado ao ensino da catalogação e afastado o fantasma de sua exclusão, cabe agora refletir sobre seu *status quo* e seus rumos e perspectivas, promovendo um processo de melhoria contínua, pondo fim a qualquer dúvida sobre sua importância.

6 Referências

BAPTISTA, Dulce Maria. A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. **Informação & Informação**, v.11, n.1, jan./jun. 2006.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. O ensino de Biblioteconomia: um currículo a ser mudado. **Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 2, n. 1, p. 43-59, mar. 1973.

DAVANSO, Andressa Mello; ZANAGA, Mariângela Pisoni. Organização curricular dos cursos de Biblioteconomia brasileiros. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16.; ENCONTRO DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO, 1., 2011, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: PUC-Campinas, 2011.

DINIZ, Edileusa Soares. Ensino de Biblioteconomia na UFPB: questões curriculares. **Informação & Sociedade**, v.9, n.2, 1999.

FERREIRA, Maria Luiza A. G. et al. Currículo mínimo de Biblioteconomia. **Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 6, n.1, p. 92-99, mar. 1977.

FIUZA, Marysia Malheiros. O ensino da “catalogação de assunto”. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.14, n.2, p.257-269, set. 1985.

JENG, Ling Hwey. Da catalogação à organização da informação: um paradigma para o currículo básico. **Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.24, n.1, p.143-161, jan./jun. 1995. Tradução de Márcia Milton Vianna e Marysia Malheiros Fiuza do original: From cataloguing to organization of information: a paradigm to the core curriculum. *Journal of Education for Library and Information Science*, v.34, n.2, p.133-136, 1993.

MACHADO, Elisa Campos; HELDE, Rosangela Rocha Von; COUTO, Sabrina Dias do. Ensino de catalogação: da teoria à prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, nova série, v.3, n.2, p.100-106, jul-dez, 2007.

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade**, v. 21, n.1, p. 27-35, jan./abr. 2011.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação**, v.1, n.1, p.125-137, 2010.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Avaliação do estado da arte da formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v.17, n.1, p. 71-81, jan./jun. 1988.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, v.14, n.1, p. 3-15, jan./jun. 1985.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; MACEDO, Vera Amália Amarante. Proposta de um novo currículo pleno para o curso de Biblioteconomia da Universidade da Brasília. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.11, n.2, p. 155-176, jul./dez. 1983.

SANTOS, Jussara Pereira. Reflexões sobre o currículo e legislação na areada Biblioteconomia. **Encontros Bibli**, n.6, set. 1998.

SOUZA, Francisco das Chagas de. A ABEBD e o currículo de bacharelado em Biblioteconomia no Brasil, de 1967 a 2000. **Informação & Sociedade**, v. 21, n.1, p. 203-212, jan./abr. 2011.

SOUZA, Francisco das Chagas de. O ensino de biblioteconomia no Brasil no discurso do bibliotecário participante nos CBBDs entre 1954 e 1982: apontamentos disciplinares para a construção do currículo do Curso de Biblioteconomia. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABRS, 2000.

APÊNDICE A – Carga horária da IES

PÚBLICA FEDERAL			PÚBLICA ESTADUAL			PRIVADA		
IES	Carga horária total	Carga horária Catalogação	IES	Carga horária total	Carga horária Catalogação	IES	Carga horária total	Carga horária Catalogação
REGIÃO NORTE								
UFAM	3150	420						
UFPA	2840	512						
REGIÃO NORDESTE								
UFAL	2900	360						
UFBA	3324	425						
UFC	2656	448						
UFMA	2910	360						
UFPB	2790	480						
UFPE	2790	510						
UFRN	2880	420						
UFS	2700	540						
REGIÃO CENTRO-OESTE								
UFG	2790	464						
UFMT	2500	390				IESF	2720	520
UNB	2700	360						
REGIÃO SUDESTE								
UFES	2820	sem informação				FAINC	sem informações	
UFMG	2760	480	USP	3000	735	FATEA	2420	360
UFRJ	2400	480				FESP	2710	408
UFF	2720	420				PUC	3000	612
UFSCAR	2880	420	UNESP	3036	300	UNIFAI	2880	520
UNIRIO	3095	570				UNIFOR	3100	580
REGIÃO SUL								
FURG	2700	360	UDESC	3222	405			
UFRGS	2835	375	UEL	2646	360			
UFSC	2826	576						

APÊNDICE B – Disciplinas de catalogação de materiais especiais

IES	CONDIÇÃO	DISCIPLINAS DE CATALOGAÇÃO DE MATERIAIS ESPECIAIS DISCIPLINA	EMENTA
FAINC	obrigatória	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	SEM EMENTA
FATEA	obrigatória	TRATAMENTO DE MATERIAL NÃO-CONVENCIONAL	SEM EMENTA
FESP	obrigatória	TRATAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE RECURSOS ELETRÔNICOS	OBJETIVOS DA DISCIPLINA: Fornecer subsídios para o aluno reconhecer a(s) ferramenta(s) mais adequada(s) para representação de recursos eletrônicos e audiovisuais de acordo com as necessidades da instituição, acervo e usuários. Obs. Informação extraída do plano de ensino da disciplina.
FURG	obrigatória	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA II	O código de catalogação Anglo-Americano (CCAA2). A representação e as áreas da descrição para recursos eletrônicos, contínuos e multimídia.
IESF	obrigatória	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA II	Os códigos e sua aplicabilidade na catalogação de publicações: livros e periódicos. Normas básicas para a catalogação de diferentes materiais bibliográficos e de multimídia.
PUC	obrigatória	TRATAMENTO DE DOCUMENTOS ESPECIAIS	Aplicação de instrumentos, padrões e políticas para o tratamento de documentos especiais.
UDESC	obrigatória	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA II	Código de catalogação AACR2: entradas e cabeçalhos, regras gerais e especiais. Tratamento de material multimídia e multimídia: leitura técnica e representação descritiva.
UEL	obrigatória	TECNOLOGIAS APLICADAS A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA	A representação descritiva de documentos em sistemas automatizados e a descrição dos documentos eletrônicos. O compartilhamento dos dados nas redes.
UFAL	obrigatória	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA I	Processamento dos diversos tipos de materiais bibliográficos. Catálogos: concatuações e funções. Códigos de catalogação. Sistemas automatizados de catalogação. Descrição física, organização, tratamento e conservação de materiais especiais.
UFBA	obrigatória	CATALOGAÇÃO II – MATERIAIS ESPECIAIS	Estudo dos vários tipos de multimídia, objetivando sua disseminação e uso através dos catálogos – Descrição bibliográfica dos multimídia – ISSDS – Entrada de dados. Estudo de cada ISBD apropriada ao tipo de material.
UFES	obrigatória	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA II	Multimídia: seleção e aquisição, processamento, armazenagem e empréstimo.
UFG	obrigatória	DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL	Documentação audiovisual: fundamentos e importância. Seleção e aquisição, armazenagem, conservação e preservação da documentação audiovisual. Representação descritiva e temática da documentação audiovisual.
UFPA	obrigatória	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO III	Multimídia: definição, tipos e características. Processamento e organização de multimídia. Aplicação de normas vigentes da catalogação descritiva e de escolha e formas de entrada. O Código de Catalogação Anglo-Americano, 2.ed. Revista (CCAA/AACR2).
UFPB	obrigatória	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO II	Catalogação de recursos contínuos e de materiais especiais: tipos, características. Organização e tratamento.
UFPE	obrigatória	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA 2	Materiais especiais: definição, tipologia e terminologia AACR2: áreas e elementos ponto de acesso noções de organização e tratamento.
UFRN	obrigatória	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA II	Materiais especiais (multimídia): definições, conceitos, tipologia, características. Panorama atual. Descrição e registros catalográficos: nível terminologia e campos. Código de catalogação (AACR2). Noções gerais de organizações e tratamento. Coleções e catálogos.
UFSCAR	obrigatória	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE MULTIMÍDIAS E RECURSOS ELETRÔNICOS	Estudo e aplicação das normas internacionais em formato MARC para: recursos eletrônicos, artigos de periódicos, registros sonoros e vídeos. Organização de acervos com suportes físicos diversificados.
UNB	optativa	ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DE MATERIAIS ESPECIAIS	Materiais especiais (multimídia): definições, tipologia e terminologia. Panorama atual. Descrição e registros catalográficos: terminologia e campos; áreas e elementos. Uso de normas, padrões e formatos de descrição. Determinação de pontos de acesso. Noções gerais de organização e tratamento. Coleções e catálogos.
UNIFOR	obrigatória	TRATAMENTO DESCRITIVO DA INFORMAÇÃO II	Representação bibliográfica de multimídia: material cartográfico, gravação de som, música impressa, vídeos, DVDs, artefatos tridimensionais e realia, materiais gráficos.
		TRATAMENTO DESCRITIVO DA INFORMAÇÃO III	Representação bibliográfica de multimídia: recursos eletrônicos, microformas e contínuos. Descrição bibliográfica analítica. Sistema de catálogos automatizados. Formatos de Intercâmbio. Políticas para tratamento da informação. Formato MARC.
UNIRIO	optativa	ANÁLISE DA INFORMAÇÃO	Representação e metarrepresentação como categorias de pensamento. Fundamentos teórico-conceituais da análise da informação no campo interdisciplinar da representação documental. Processos analítico-sintéticos de leitura e representação documental para a organização da memória documental. Indexação e elaboração de resumos. Análise e representação de objetos textuais, imagéticos, sonoros e tridimensionais.
USP	obrigatória	DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL	Discussão da especificidade da documentação audiovisual em relação à documentação escrita. Aquisição de uma visão panorâmica das possibilidades de organização dos documentos audiovisuais, enfatizando a especificidade da informação neles contida.